Data: 29.11.2021
Titulo: Nova variante Ómicron assusta os mercados
Pub: Público
Tipo: Jornal Nacional Diário
Secção: Nacional
Pág: 7
Área: 654cm²/ 70%
Tiragem: 72.253
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 7284731

QuickCom comunicação integrada

Nova variante Ómicron assusta os mercados

Ricardo Cabral

As preocupações recentes com a taxa de inflação, os preços dos combustíveis e a escassez de mão-de-obra podem ter sido ultrapassadas

Os mercados financeiros, o preço do petróleo, e as cotações das criptomoedas caíram abruptamente na sexta-feira negra – o dia que se segue ao feriado mais simbólico dos EUA (o *Thanksgiving*) e em que os mercados bolsistas só estão abertos meio dia e, por isso, em que tipicamente o volume de transacções na bolsa é baixo –, em reacção a uma nova variante do vírus SARS-CoV-2, que causa a covid-19, a qual, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), apresenta um elevado número de mutações, maior transmissibilidade e mais elevada virulência, tendo sido declarada a 26 de Novembro como uma "variante de preocupação".

A pandemia parece ter contribuído para taxas de variação mais elevadas não só da actividade económica como dos índices bolsistas. Em particular, após uma queda abrupta de mais de 30% entre meados de Fevereiro de 2020 e meados de Março de 2020, em resultado dos efeitos da pandemia covid-19, a partir da terceira semana de Março de 2020, os mercados financeiros do mundo ocidental iniciaram uma ascensão meteórica, com o índice bolsista S&P 500 dos EUA a aumentarem ligeiramente mais de 100% desde então.

Nomeadamente, porque especuladores com informação privilegiada ou não, prevendo novos programas de expansão quantitativa dos bancos centrais, ou programas de política orçamental expansionista que vieram a ser adoptados, ou ainda o sucesso no desenvolvimento de novas vacinas contra o vírus SARS-CoV-2, anteciparam uma retoma pujante da actividade económica.

O gráfico ao lado mostra que esse índice bolsista cresceu cerca de 450% entre Março de 2009, i.e., do nível mais baixo, atingido na sequência da crise financeira internacional de 2007-2009, e o final de Novembro de 2021, i.e., a uma taxa de crescimento média anual de 14,5%. Tal exuberância dos mercados financeiros, acompanhada pelo que se afigura serem bolhas especulativas em alguns "activos" financeiros, como os preços das acções de algumas grandes empresas ou as cotações de "criptomoedas", sugere dificuldades crescentes na implementação da política monetária e da política orçamental, porque a retirada de estímulos nessas políticas, em particular, um aumento das taxas de juro, poderia contribuir para uma "correcção" significativa desses mercados. Essa correcção é provavelmente desejada pelas autoridades. Contudo, o receio de que a bolha seja de tal dimensão que a correcção precipite uma acentuada queda dos índices bolsistas com consequências recessivas explicará a grande prudência que se observa, para já, por parte dos decisores de política, nomeadamente dos bancos centrais.

Acresce que, após o aparecimento da nova variante Ómicron do SARS-CoV-2, as preocupações recentes com a taxa de inflação, os preços dos combustíveis e a escassez de mão-de-obra, ou com os estrangulamentos nas cadeias de produção, podem ter sido ultrapassadas.

Ou seja, não será de novo fundamental evitar outra queda abrupta da actividade económica?

Passos atrás na globalização?

Como já referido nesta coluna, no "novo" mundo multipolar da actualidade, a competição entre blocos económicos, nomeadamente entre China e EUA, está na ordem do dia. Em particular, por considerações de ordem económica e de defesa/segurança nacional, os EUA têm vindo a utilizar instrumentos de política económica não convencionais para assegurarem a liderança no futuro, através do uso "muito preciso" de sanções económicas (sempre com danos colaterais)

É conhecido o exemplo das sanções à Huawei, mas sanções similares têm sido implementadas a empresas chinesas em sectores estratégicos ou que os EUA consideram que pertencem ao sector de defesa da China, com a interdição de vendas de componentes em que pelo menos 10% do valor da propriedade intelectual pertença a empresas americanas. É o caso, em particular, da indústria dos semicondutores, sector em que a China está relativamente atrasada e em que depende de fabricantes dos EUA e de outros países aliados dos EUA, e em que empresas dos EUA detêm um significativo volume de patentes.

> **Não será de novo fundamental evitar outra queda abrupta da actividade económica?**

Evolução do índice bolsista do Standard & Poor's 500 das maiores empresas americanas (S&P500)

Novos "campeões nacionais"

Michael Pettis, professor da Universidade de Pequim, argumenta que esse tipo de estratégia dos EUA levará a China a desenvolver a sua própria indústria de semicondutores e todas as outras indústrias consideradas relevantes, num processo similar ao adoptado pela Rússia, que tem promovido o desenvolvimento de "campeões nacionais" que concorrem com as multinacionais americanas. Mas também os próprios EUA procuram desenvolver no seu território a indústria de semicondutores.

Ou seja, as três grandes potências militares procuram assegurar o controlo e o domínio de sectores e de tecnologias estratégicas. O resultado desse processo será provavelmente maior investimento em capacidade produtiva, menores economias de escala, custos mais elevados, um ritmo de inovação mais rápido e maior concorrência a nível global. Com o aumento da concorrência, o poder de mercado e as margens de lucro dessas empresas tenderão a diminuir, pelo que o efeito nos preços, em indústrias em que exista elevada concentração, será diminuto ou mesmo favorável. Contudo, em indústrias já sujeitas a significativa concorrência, o efeito nos preços pode ser desfavorável, em resultado das menores economias de escala.

Ou seja, nem tudo é negativo neste retrocesso da globalização. O investimento em capacidade industrial pelos grandes blocos económicos em sectores de tecnologia de ponta contribuirá para um crescimento da capacidade produtiva e do emprego qualificado e um aumento da resiliência da cadeia de produção global.

Professor de Economia do ISEG. Escreve à segunda-feira